



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Colegiado de Unidade

Ata da 12ª reunião ordinária dos professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense do Colegiado de Unidade modalidade virtual, pela Plataforma Meet (LINK DA REUNIÃO: meet.google.com/euz-czbq-qzm)

No dia vinte e três de novembro de novembro dois mil e vinte e dois, por meio da Plataforma Meet, às 14h, reuniu-se o Colegiado de Unidade, presidido pela professora Fernanda Pontes Pimentel, com a presença dos professores: Rafael Iorio, Ozéas Lopes, Helena Elias, Rogério Pacheco, Fernando Gama, Marcelo Pereira, Raquel Nery, Eduardo Val, Sérgio Túlio; dos servidores Ilma Regina, Felipe Stevans, Mirian Amorim e Luane Vianna, que redigiu a ata. Não havia representantes do CAEV e a gravação foi iniciada às 14:11h. **Informes Gerais:** A professora Fernanda disse que houve avanço nas instalações de ar-condicionado para praticamente todas as salas do anexo da Presidente Pedreira; até o fim deste mês vão receber a resposta acerca dos projetos de emendas parlamentares encaminhados aos Deputados Alessandro Molon e Taliria Petroni. O projeto para reforma dos telhados da Presidente Pedreira e da Tiradentes ficou pronto e está em andamento a pintura dos *campi*. A STI implementou melhorias no acesso à Internet para desenvolvimento das atividades acadêmicas. A Diretora disse que, a despeito do cenário tormentoso e adverso deste ano, a Faculdade de Direito teve ganhos estruturais e institucionais. Finalizou reconhecendo e agradecendo o apoio dos técnicos-administrativos e dos membros do Colegiado de Unidade, que sempre se mantiveram coesos trabalhando pela Instituição ao longo desses três anos que está à frente como gestora da Faculdade de Direito. **Ponto 1: Aprovação dos projetos de extensão da professora Helena Elias intitulado “ Cursos online: Controle Judicial - História, Controle Judicial - Memória, Controle Judicial - Decisão e Controle Judicial - Dominação”.** Após saudar os membros do Colegiado, a professora Helena Elias informou que esse projeto surgiu a partir do trabalho que está sendo desenvolvido no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. A partir do convênio firmado com aquele Tribunal, surgiu a ideia de desenvolver esse curso de extensão para contemplar os servidores que desejam se aprofundar em temas relativos ao Poder Judiciário. Serão desenvolvidos quatro módulos que poderão ser cursados na totalidade ou de forma estanque, gerando certificação pertinente aos conteúdos. Os módulos serão separados da seguinte forma: Módulo de História, com o professor Douglas e Rogério Dultra; módulo de “Memória do Poder Judiciário” com a professora Rosa Inês e Helena Elias; módulo “Decisão Judicial” com os professores Carlos Magno, Fernanda Duarte e Rafael Iorio e o último módulo será ministrado pelo Ricardo Perlingeiro, Rogério Dultra e Helena Elias, que vai ser “Controle judicial e dominação como sistema de controle”. Sem manifestação contrária dos membros do Colegiado, os projetos foram aprovados de forma unânime. **Ponto 2: Validação do *ad referendum* do projeto de extensão do professor [Rafael Iorio Filho](#), intitulado “Sistemas de Justiça administrativa em perspectiva comparada”.** O professor Rafael disse que o projeto da professora Helena Elias é muito importante e será de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Colegiado de Unidade

grande proveito para a Faculdade de Direito. Com relação ao seu projeto intitulado “Sistemas de Justiça Administrativa e perspectiva comparada”, esclareceu que advém de outro que está em desenvolvimento no Mestrado de Justiça Administrativa a partir da cooperação Institucional que tem sido realizada com o Tribunal de Justiça do Amazonas. Participam os docentes do Departamento de Ciências Judiciárias e tem como participantes: Rafael Iorio (como Coordenador) , Ricardo Perlingeiro, Fernanda Duarte e professora Bárbara Lupetti (como fiscal do projeto junto à FEC). O projeto objetiva estudar e desenvolver, em especial junto dos alunos do mestrado, que são do Tribunal de Justiça do Amazonas, as perspectivas comparadas sobre o sistema de Administração de Justiça e Justiça Administrativa, não só no sentido estrito, mas no sentido amplo de acesso ao Direito e ao funcionamento também em gestão do Poder Judiciário e é um projeto que está sendo idealizado para tenha duração de 6 a 8 meses. Após explanar as informações gerais, disse que está à disposição para maiores informações. O projeto foi aprovado *ad referendum* pela professora Fernanda Pimentel e foi ratificado à unanimidade pelo Colegiado. A professora Fernanda concedeu a palavra ao professor Eduardo Val, que solicitou inclusão do seu projeto como ponto de pauta a fim de que fosse avaliado e aprovado. O professor explicou que se trata de projeto de extensão relativo a criação de uma Clínica Jurídica de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA) no âmbito do sistema Interamericano de proteção aos direitos humanos. O projeto surge a partir das atividades desenvolvidas no LEICLA (Laboratório de estudos interdisciplinares em constitucionalismo latinoamericano) cadastrado no sistema CAPES/CNPq há mais de 15 anos. O projeto se articula com 2 programas nossos *stricto sensu*, o PPGDIN e o PPGDC. É coordenado por mim e conta também com a inestimável colaboração do professor Siddharta Legale(professor colaborador no PPGDC). A metodologia de clínicas tem sido introduzida no Brasil na última década, contando hoje com quase 100 clínicas em funcionamento. A metodologia aplicada consiste na análise interdisciplinar da legislação, jurisprudência e doutrinas pertinentes ao tema à luz de técnicas de controle de constitucionalidade e de controle de convencionalidade . Envolve também mestrandos e doutorandos de ambos programas que participam de estratégias de ensino e aprendizado ao mesmo que desenvolvem ações de litigância estratégica. Cabe destacar que os docentes envolvidos acumulam experiência na área, tendo participado de vários memoriais apresentados no contexto do mecanismo de *amicus curiae* perante a CIDH e a Corte de DH. Não havendo oposição, o projeto foi aprovado! **Ponto 3: Validação da banca examinadora final para concurso de professor titular-** Para a composição da Banca Examinadora do Concurso para Professor Titular dos Professores Doutores Gilvan Luiz Hansen e Sérgio Túlio Santos Viera, foram aprovados como Membros externos os Professores Titulares José Carlos Buzanello (UNIRIO), José Ricardo Cunha (UERJ), Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa (UFPB) e Rosalina Corrêa de Araújo (UNIRIO). Como membros internos, os Professores Titulares Edson Alvisi Neves, Joaquim Leonel de Rezende Alvim e Roberto da Silva Fragale Filho. **Ponto 4: Demanda do CAEV em relação a atos de racismo na Faculdade de Direito.** Foi solicitado a inclusão deste ponto pelo Centro Acadêmico para discutir sobre os acontecimentos de racismo que ocorreram com alunos da Faculdade, mas não houve representante em reunião para explanar todos os detalhes aos membros. Ao primeiro caso narrado pela professora Fernanda, o possível fato ilícito ocorreu no âmbito virtual Chegou ao conhecimento da Direção que as ofendidas realizaram o Boletim de Ocorrência, estando em fase de averiguação. O outro possível caso de racismo ocorreu em Vassouras, no campeonato



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Colegiado de Unidade

de Supercopa da Atlético, onde um aluno da Faculdade teria ofendido um aluno da Escola de Engenharia. Após recebimento de pedido de inclusão de pauta pelo CAEV. Após ouvir o entendimento dos professores, o Colegiado decidiu que a solução para o primeiro caso era aguardar o encaminhamento da denúncia para instaurar uma comissão para sindicância. No segundo caso, a partir do e-mail do aluno apontado como possível agressor solicitando auxílio da Direção e da Coordenação de Curso e do pedido do Centro Acadêmico de inclusão desse ponto nessa reunião, o Colegiado decidiu pela instauração de uma comissão de sindicância apuratória. O professor Sérgio Túlio se absteve de participar ou presidir essa comissão apuratória pelo seguinte entendimento: o fato refoge às atribuições internas da Universidade Federal Fluminense, entendendo que se trata de práticas delituosas externas e, que, portanto, devem ser apuradas por autoridade policial competente. **Como nada mais foi deliberado, a gravação foi interrompida às 15:25h. Sem mais pedidos de inscrição, a reunião, por fim, foi encerrada. Ata lavrada e assinada pela servidora Luane Vianna Paiva e revisada pela Professora Fernanda Pontes Pimentel, SIAPE 2524037.**

Niterói, 23 de novembro de 2022.

Fernanda Pontes Pimentel
Diretora da Faculdade de Direito
SIAPE 2524037

Luane Vianna Paiva
Assistente em Administração
SIAPE 3141358





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Colegiado de Unidade